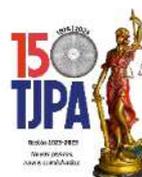




**PODER JUDICIÁRIO**  
Tribunal de Justiça  
do Estado do Pará



**TERMO DE REFERÊNCIA**  
**ESCOLA JUDICIAL DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ**  
**Nº 071- VERSÃO 2**  
**Objeto: Contratação de Inscrição no curso**  
**“Oficina de Contabilidade Aplicada ao Setor Público**  
**(Oficina CASP-PRESENCIAL)**  
**TJPA-PRO-2024/04690**



**PLANO ANUAL  
DE  
CONTRATAÇÕES**

TRIBUNAL DE  
JUSTIÇA DO  
ESTADO DO  
PARÁ



**INSTRUÇÃO  
NORMATIVA  
Nº 001 / 2023 TJPA**

FASE DE  
PLANEJAMENTO  
DA  
CONTRATAÇÃO



**INSTRUÇÃO  
NORMATIVA  
Nº 002 / 2024 TJPA**

FASE DE  
SELEÇÃO DO  
FORNECEDOR



## 1. DEFINIÇÃO E NATUREZA DO OBJETO – art. 30, §1º, inciso I da IN nº 01/2023

### 1.1. Da definição

Contratação de 15 (quinze) inscrições para os servidores(as) da Secretária de Planejamento, Coordenação e Finanças -SEPLAN, ofertado pela empresa MR4 Capacitação e Consultoria LTDA, CNPJ nº 41.306.505/001-66 que será realizado no período de 28 a 29 de novembro de 2024, na modalidade PRESENCIAL em Belém/PA, com carga Horaria de 16 horas.

### 1.2. Da natureza – Escolher uma das opções abaixo:

(X) Serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual.

## 2. INDICAÇÃO DAS QUANTIDADES - art. 30, §1º, inciso II da IN nº 01/2023

Item	Descrição Quantidade	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Total
01	Inscrição de servidores (as) no curso “Oficina de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (Oficina CASP-PRESENCIAL)	Inscrição	15	R\$ 19.534,50

## 3. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO - art. 30, §1º, inciso III da IN nº 01/2023

### 3.1. Fundamentação:

A Oficina de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (Oficina CASP-PRESENCIAL), trata-se de evento de capacitação previsto no Plano de Contratações do Tribunal de Justiça do Estado do Pará e está alinhada ao Planejamento Estratégico 2021-2026, no Macrodesafio o “Aperfeiçoamento da gestão de Pessoas”, tendo como uma de suas iniciativas estratégicas “Aperfeiçoamento da formação de magistrados e magistradas, servidores e servidoras”.

O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, para o exercício de anual 2024, conforme detalhamento a seguir.

### 3.2. O objeto da contratação está previsto no Plano Anual de Contratações 2024, conforme detalhamento a seguir:



ID PAC no PNCP:	Data de publicação no PNCP:	Código da contratação no PAC:	Classe/Grupo:
		EJ17A24	

#### 4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO - art. 30, §1º, inciso IV da IN nº 01/2023

Trata-se de contratação no curso “Oficina de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (Oficina CASP-PRESENCIAL) para os servidores da SEPLAN, que e a secretaria que cumpre as atividades nas áreas de planejamento, orçamento e finanças é composta pelas seguintes unidades gestoras: Departamento Financeiro, Coordenadoria de Orçamento, Coordenadoria Geral de Arrecadação e Coordenadoria de Depósitos Judicial. Cumpre salientar que a presente contratação se faz necessária com o intuito de capacitar, aprimorar através do CASP® é uma oportunidade única de alcançar o alinhamento entre a teoria normativa e a sua aplicabilidade prática. Com uma sistemática de ensino predominante prática (70% da carga horária é prática) o aluno executa juntamente com o facilitador, os lançamentos típicos do Setor Público desde o orçamento público até a elaboração das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público -DCASP. Neste curso ministrado pelo Prof. Manuel Filho, você percorrerá os principais estágios da contabilidade pública e, com isso terá conhecimento suficiente para se destacar na gestão pública. A Oficina CASP® tem o objetivo propiciar ao participante o contato com conhecimentos atualizados sobre o tema principalmente no que se refere às novas normas de Contabilidade Aplicada ao Setor Público –NBC TSP, em consonância com as Normas Internacionais, as IPSAS. Onde os participantes iram dominar o processo de contabilização do orçamento público, irão alcançar clareza nos principais atos e fatos contábeis do Setor Público e a sua contabilização. Conseguir compreender de forma prática o processo de apuração do resultado do exercício, inclusive a inscrição dos Restos a Pagar. Aprender a elaborar e interpretar as Demonstrações Contábeis do Setor Público com facilidade.

Este curso foi projetado gestores públicos e profissionais da administração pública que atuam nos setores financeiro e contábil, bem como para profissionais de outras áreas do Setor Público. O curso é indicado também para profissionais que não atuam diretamente na área pública.

Diante do exposto, é necessário destacar que dentre os conteúdos do curso constam: Aspectos Constitucionais, Legais e Normativos da CASP: Aspectos Constitucionais e legais (CF/88, Lei 4.320/64 e LRF). Aspectos Normativos (IPSAS e as NBC TSP). Aspectos Práticos (MCASP e IPC). Aspectos conceituais e implicações contábeis da CASP: Receita Orçamentária. Despesa Orçamentária. Ingressos e Dispêndios Extraorçamentários. Restos a Pagar e Despesas de Exercícios Anteriores. O Patrimônio Público e seus efeitos contábeis. Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP: Aspectos introdutórios. Aspectos operacionais. Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público – DCASP: Estruturação. Aspectos práticos. A CASP na prática - modelo oficina (facilitador e alunos fazendo juntos).

#### 5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO - art. 30, §1º, inciso V da IN nº 01/2023

##### 5.1. Da sustentabilidade

- ( ) Financeira:  
 (x) Ambiental:



- Social:  
 Outros:  
 Não se aplica

Justificativa: A presente contratação está atenta às diretrizes de sustentabilidade socioambientais do Conselho Nacional de Justiça (Recomendação nº 11/2007) e do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (Agenda Socioambiental), não havendo necessidade de providências para a solução a ser contratada.

#### **6. MATRIZ DE RISCOS - art. 30, §1º, inciso VI da IN nº 01/2023**

**NÃO SE APLICA**

**APLICA-SE**

Descrever as condições:

#### **7. ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO - art. 30, §1º, inciso VII da IN nº 01/2023**

**NÃO SE APLICA**

#### **8. INDICAÇÃO DOS LOCAIS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS – art. 30, §1º, inciso VIII da IN nº 01/2023**

##### **8.1. Condições para a execução do serviço**

A empresa contratada para realizar o curso **Oficina de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (Oficina CASP-PRESENCIAL)** que será realizado no período de 28 a 29 de novembro de 2024, na modalidade PRESENCIAL em Belém/PA, com carga Horaria de 16 horas.

#### **9. GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA - art. 30, §1º, inciso IX da IN nº 01/2023**

**NÃO SE APLICA**

#### **10. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO - art. 30, §1º, inciso XI da IN nº 01/2023**

- **Estratégia e abordagem adotada para alcançar os resultados esperados desde o início até o encerramento do contrato:** A solicitação de prestação de serviço será efetivamente realizada com o envio de nota de empenho a CONTRATADA, por meio de e-mail funcional, respeitando as boas práticas de sustentabilidade ambiental praticadas pelo TJPA.

##### **10.1. Indicação do instrumento de formalização da contratação**

- Necessidade de formalização contratual  
 Formalização via empenho



( ) Outro instrumento substitutivo

Justificativa em caso de desnecessidade de formalização contratual: Por se tratar de serviço adquirido e de prestação imediata, logo a referida contratação não gerará instrumento contratual.

## 10.2. Obrigações da Contratada

**10.2.1.** Prestar o serviço contratado no período e local indicados pelo Contratante, com estrita observância das especificações deste Termo de Referência, e seus anexos e termo de aceite;

**10.2.2.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do serviço prestado, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990);

**10.2.3.** O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério do Contratante, reparar, corrigir e refazer às suas expensas, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, o serviço com objeções, ou que não atenda às especificações exigidas;

**10.2.4.** Atender prontamente a quaisquer exigências do Contratante, inerentes ao objeto da presente contratação, inclusive quanto ao reagendamento do curso/evento;

**10.2.5.** Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas que antecede a data do evento, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

**10.2.6.** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

**10.2.7.** É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação. Ademais, é vedada qualquer subcontratação ou a atuação de profissionais distintos daqueles que tenham justificado a inexigibilidade de licitação para contratação direta dos serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, nos casos previstos no art. 74, III, da Lei n. 14.133/21.

**10.2.8.** Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada;

**10.2.9.** Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;

**10.2.10.** Fornecer o material didático do curso por meio de arquivos digitais;

**10.2.11.** Manter todo o escopo da proposta apresentada

**10.2.12.** Encaminhar o resultado das avaliações, se houver, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis a contar do término da formação.

## 10.3. Obrigações do Contratante

**10.3.1.** Receber o serviço, oportunizando a participação dos magistrados(as) e servidores(as) a participarem no curso, no local indicado, na data e hora acordados para realização do evento acadêmico;

**10.3.2.** Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do serviço prestado com as especificações constantes deste Termo de Referência e da proposta apresentada, para fins de aceitação e recebimento;

**10.3.3.** Após a aceitação do serviço, atestar a Nota Fiscal no prazo de até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento do resultado das avaliações, se houver, ou, após emissão de relatório com frequência e notas;



10.3.4. Efetuar o pagamento após ateste da Nota Fiscal, na forma e prazo estabelecidos;

10.3.5. Contratar novo docente, caso necessário o reagendamento da formação em que haja impedimentos legais.

## 11. PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA E SUA POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO - art. 30, §1º, inciso XII da IN nº 01/2023

( x ) NÃO SE APLICA

### 11.1. Prazo de vigência do contrato

Não se aplica, considerando que a empresa foi selecionada por meio da realização de procedimento de inexigibilidade de licitação, com fundamento na hipótese do art. 74, III, f, da Lei n.º 14.133/2021.

Devendo ser adjudicada a empresa selecionada por valor global, considerando a indivisibilidade do serviço de natureza de ação educacional.

### 11.2. Prazo de execução dos serviços

O serviço será realizado no período de 28 a 29 de novembro de 2024 e será realizado de forma PRESENCIAL, na cidade de Belém/PA.

## 12. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO - art. 30, §1º, inciso XIII da IN nº 01/2023

### 12.1. Estabelecimento de condições gerais

### 12.2. Equipe de gestão e fiscalização da contratação

#### 12.2.1. Gestor do Contrato

Titular: Jeferson Antônio Fernandes Bacelar

Matrícula: 191736

Substituta/Substituto: Paulo Victor Ramos Correa

Matrícula: 154733

#### 12.2.2. Fiscal Técnico

Titular: Jessica Emanuelle de Oliveira Marques

Matrícula: 209112

Substituta/Substituto: Lorena Magalhães Freire da Silva

Matrícula: 17645

## 13. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO - art. 30, §1º, inciso XIV da IN nº 01/2023

### 13.1. Prazo e forma para pagamento



**13.1.1.** O pagamento dos valores devidos em razão dos contratos firmados pelo TJPA ocorrerá em, no máximo, 30 (trinta) dias, contados da data do ateste da nota fiscal. (Art. 50 da IN nº 01/2023).

**13.1.2.** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, creditada na conta corrente do Contratado.

## **14. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO - art. 30, §1º, inciso XV da IN nº 01/2023**

### **14.1. Forma de seleção**

**( x ) Inexigibilidade de licitação.**

### **14.2. Exigências de habilitação**

**14.3. Será requerido da contratada se for Pessoa Jurídica, para fins de habilitação, os seguintes documentos:**

1. Apresentação da certidão denominada “situação do fornecedor” emitida via SICAF
  - 1.1. Caso algum dos documentos relativos à regularidade não estejam atualizados no referido cadastro, a empresa deverá apresentar as certidões emitidas pelos órgãos oficiais, quais sejam:
    - 1.2. RG e CPF dos sócios da empresa;
      - 1.2.1. Cartão de CNPJ;
      - 1.2.2. Certificado de Regularidade do FGTS;
      - 1.2.3. Certidão Negativa de Tributos Federais e Dívida Ativa da União;
      - 1.2.4. Certidão Negativa de Natureza Tributária Estadual do Pará;
      - 1.2.5. Certidão Negativa Municipal (Município do Fornecedor);
2. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
3. Certidão Negativa do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas (CEIS);
4. Certidão Negativa do Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP);
5. Declaração de não contratação de menores de 18 anos para execução de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres e de qualquer menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos;
6. Declaração de cumprimento do disposto no art. 93 da Lei nº. 8.213, de 1991, se couber;
7. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade
8. Documentos de constituição da Pessoa Jurídica (contrato social com todas as alterações ou última alteração com a consolidação do contrato social ou outro documento de constituição da pessoa jurídica);
9. Comprovação da execução do curso para outros entes/órgãos com o mesmo valor ou equivalente



**14.4. Será requerido da contratada se for Pessoa física, para fins de habilitação, os seguintes documentos**

1. Apresentação da certidão emitida via SICAF
  - a. Caso algum dos documentos relativos à regularidade não esteja atualizado no referido cadastro, a empresa deverá apresentar as certidões emitidas pelos órgãos oficiais. Os documentos compreendidos são:
    - i. Certificado de Regularidade do FGTS
    - ii. Certidão Negativa de Tributos Federais e Dívida Ativa da União;
    - iii. Certidão Negativa de Natureza Tributária Estadual do Pará;
    - iv. Certidão Negativa Municipal;
2. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
3. Declaração de não contratação de menores de 18 anos para execução de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres e de qualquer menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos;
4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – Sócio majoritário.;
5. Comprovação da execução do curso para outros entes/órgãos com o mesmo valor ou equivalente
6. Cópia de RG e CPF da Pessoa Física

**7. REAJUSTE - art. 30, §1º, inciso XVI da IN nº 01/2023**

**( x ) NÃO SE APLICA**

**8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO - art. 30, §1º, inciso XVII da IN nº 01/2023**

O valor total para contratação de 15 (quinze) inscrições será de R\$ 19.534,50 (dezenove mil, quinhentos e trinta e quatro reais e cinquenta centavos), conforme proposta anexa.

**9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - art. 30, §1º, inciso XVIII da IN nº 01/2023**

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

**A contratação será atendida pela seguinte dotação:**

Gestão/Unidade: Escola Judicial do Poder Judiciário do Estado do Pará

Fonte de Recursos: 0118

Programa de Trabalho: 02.128.1417.2304

Elemento de Despesa: 339039

Item: 300

Exercício financeiro: 2024



## 10. SANÇÕES APLICÁVEIS E GRADAÇÕES – art. 30, §1º, inciso XIX da IN nº 01/2023

- a. Pelo atraso injustificado, pela inexecução total ou parcial ou pela execução do objeto em desacordo com as especificações descritas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas as sanções previstas nos art. 156; 162 da Lei nº 14.133/2021.
- b. No caso de a contratada deixar de executar total ou parcialmente o objeto da contratação, ficará sujeito à aplicação das penalidades abaixo descritas, respeitando seu direito ao contraditório e a ampla defesa:
- i. advertência, pelo não cumprimento de obrigações assumidas, desde que não interfira na execução dos serviços ou na sua conclusão e não traga prejuízos econômicos e funcionais a este Órgão;
  - ii. multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da proposta definitiva, pelas seguintes infrações:
    1. pela recusa injustificada da contratada de aceitar a Nota de Empenho, sem prejuízo para as demais penalidades;
    2. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
    3. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a contratação;
  - iii. multa de 0,8% (oito décimo por cento) ao dia de atraso injustificado, calculado sobre o valor da contratação, até o 15º (décimo quinto) dia, sem prejuízo das demais penalidades;
  - iv. multa de 1,00% (um por cento) ao dia de atraso injustificado, calculado sobre o valor da parcela não entregue da Nota de Empenho, a partir do 15º dia, sem prejuízo das demais penalidades;
  - v. multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor global da contratação na hipótese de inexecução total do objeto por mais de 30 (trinta) dias;
  - vi. impedimento de licitar e contratar;
  - vii. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração conforme o procedimento do art. 158 da Lei 14.133/21.
- c. A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela Contratante.
- d. As multas são autônomas e a aplicação de uma não exclui a outra.
- e. O valor da multa será descontado do pagamento do objeto contratado.
- f. Caso o valor da multa seja superior ao pagamento referido, ou caso ele porventura ainda não tenha sido feito, a diferença será cobrada administrativamente pela Contratante, ou ainda judicialmente.
- g. Serão observadas as normas contidas na IN nº 03/2024 – Processo Sancionatório.

## 11. DA PADRONIZAÇÃO

### Modelo (11/2024): Versão 02

Indicar a data de retirada no Portal das Contratações: 18 de Novembro de 2024.

## 12. DATA E LOCAL DE ELABORAÇÃO E ASSINATURA DA EQUIPE

Belém/PA, 18 de novembro de 2024.



Jeferson Antônio Fernandes Bacelar  
Integrante Requirante

Jessica Emanuelle de Oliveira Marques  
Integrante Técnico

